

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Setembro/2022



Concurso Público para o Provimento de Cargos de **Analista Judiciário** **Área Administrativa**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A03', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA**Conhecimentos Básicos**
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

A ação pode nem sempre ser felicidade,
mas não há felicidade sem ação.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde à sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 5, baseie-se no texto abaixo.

Melancolia e criatividade

Desde sempre o sentimento da melancolia gozou de má fama. O melancólico é costumeiramente tomado como um ser desanimado, depressivo, “pra baixo”, em suma: um chato que convém evitar. Mas é uma fama injusta: há grandes melancólicos que fazem grande arte com sua melancolia, e assim preenchem a vida da gente, como uma espécie de contrabando da tristeza que a arte transforma em beleza. “Pra fazer um samba com beleza é preciso um bocado de tristeza”, já defendeu o poeta Vinícius de Moraes, na letra de um conhecido samba seu.

Mas a melancolia não para nos sambas: ela desde sempre anima a literatura, a música, a pintura, o cinema, as artes todas. Anima, sim: tanto anima que a gente gosta de voltar a ver um bom filme melancólico, visitar um belo poema desesperançado, ouvir uma vez mais um inspirado noturno para piano. Ou seja: os artistas melancólicos fazem de sua melancolia a matéria-prima de uma obra-prima. Sorte deles, nossa e da própria melancolia, que é assim resgatada do escuro do inferno para a nitidez da forma artística bem iluminada.

Confira: seria possível haver uma história da arte que deixasse de falar das grandes obras melancólicas? Por certo se perderia a parte melhor do nosso humanismo criativo, que sabe fazer de uma dor um objeto aberto ao nosso reconhecimento prazeroso. Charles Chaplin, ao conceber Carlitos, dotou essa figura humana inesquecível da complexa composição de fracasso, melancolia, riso, esperteza e esperança. O vagabundo sem destino, que vive a apanhar da vida, ganhou de seu criador o condão de emocionar o mundo não com feitos gloriosos, mas com a resistente poesia que o faz enfrentar a vida munido da força interior de um melancólico disposto a trilhar com determinação seu caminho, ainda que no rumo a um horizonte incerto.

(Humberto Couto Villares, a publicar)

1. No primeiro parágrafo do texto, justifica-se a relação possível entre *melancolia* e *criatividade* quando se afirma que
 - (A) é comum haver nas pessoas uma reação de má vontade contra obras de artistas nas quais o sentimento predominante seja o da melancolia.
 - (B) é indispensável a ação da tristeza e do sentimentalismo quando se procura criar uma obra de arte de grande envergadura.
 - (C) o sentimento da melancolia pode se estabelecer de modo a gerar uma obra artística cuja beleza tenha ressonância em nossa vida.
 - (D) a força das grandes obras de arte deixa ver que a expressão da melancolia já é suficiente para transformá-la em alegria.
 - (E) a tristeza dos grandes melancólicos inspira os artistas que se valem dela para criar e desenvolver suas melhores personagens.

2. Afirma-se no segundo parágrafo do texto que a negatividade da melancolia
 - (A) anima de preferência os gêneros artísticos mais efusivos, como aqueles sambas que tematizam sua própria tristeza.
 - (B) alcança um valor social positivo quando os artistas a expressam por meio de uma forma bela que a ilumina e a propaga entre nós.
 - (C) faz com que tenhamos que repetir o acesso a uma mesma obra de arte para nos darmos conta de sua sombria complexidade.
 - (D) impede que se promova entre nós a falsidade das alegrias artificiais, que pretendem nos resgatar das nossas tristezas mais fundas.
 - (E) favorece o artista que se esmera em mergulhar nas profundezas dos maus sentimentos para assim disseminá-los entre nós.

3. No terceiro parágrafo, a personagem Carlitos é invocada para
 - (A) dar um sentido de nobreza a todas as experiências de fracasso humano.
 - (B) testemunhar a determinação de um indivíduo em alcançar seus altos objetivos.
 - (C) indicar a possibilidade da transformação sistemática da dor em franca alegria.
 - (D) personificar a complexa conjunção entre força poética e marginalidade social.
 - (E) promover a felicidade que pode desfrutar quem não está comprometido com nada.



4. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
- (A) *uma espécie de contrabando da tristeza.* (1^o parágrafo) = uma sorte de transposição infeliz.
 (B) *fazem de sua melancolia a matéria-prima.* (2^o parágrafo) = refutam suas bases infelizes.
 (C) *resgatada do escuro do inferno.* (2^o parágrafo) = absorvida pelas nuances infernais.
 (D) *a parte melhor do nosso humanismo criativo.* (3^o parágrafo) = nossa elitização criacionista.
 (E) *no rumo a um horizonte incerto.* (3^o parágrafo) = a caminho de duvidoso destino.
-
5. As normas de concordância verbal encontram-se plenamente observadas na frase:
- (A) Aos melancólicos, a menos que fossem grandes artistas, ninguém perdoava sua condição infeliz.
 (B) Convém evitar os chatos, mas é justo que não se os confundam com os melancólicos criativos.
 (C) Nas mais variadas artes destacam-se o desempenho superior dos grandes criadores melancólicos.
 (D) A realização plena das formas artísticas trazem consigo o prazer estética, que se sobrepõe à melancolia de fundo.
 (E) Chaplin encarnou-se em Carlitos, e à poesia de ambos vieram-se render-se a plateia de todos os cinemas.

Atenção: Para responder às questões de números 6 a 10, baseie-se no texto abaixo.

Crimes ditos “passionais”

A história da humanidade registra poucos casos de mulheres que mataram por se sentirem traídas ou desprezadas. Não sabemos, ainda, se a emancipação feminina irá trazer também esse tipo de igualdade: a igualdade no crime e na violência. Provavelmente, não. O crime dado como passionais costuma ser uma reação daquele que se sente “possuidor” da vítima. O sentimento de posse, por sua vez, decorre não apenas do relacionamento sexual, mas também do fator econômico: o homem é, em boa parte dos casos, o responsável maior pelo sustento da casa. Por tudo isso, quando ele se vê contrariado, repellido ou traído, acha-se no direito de matar.

O que acontece com os homens que matam mulheres quando são levados a julgamento? São execrados ou perdoados? Como reage a sociedade e a Justiça brasileiras diante da brutalidade que se tenta justificar como resultante da paixão? Há decisões estapafúrdias, sentenças que decorrem mais em função da eloquência dos advogados e do clima emocional prevalecente entre os jurados do que das provas dos autos.

Vejam-se, por exemplo, casos de crimes passionais cujos responsáveis acabaram sendo inocentados com o argumento de que houve uma “legítima defesa da honra”, que não existe na lei. Os motivos que levam o criminoso passionais a praticar o ato delituoso têm mais a ver com os sentimentos de vingança, ódio, rancor, frustração, vaidade ferida, narcisismo maligno, prepotência, egoísmo do que com o verdadeiro sentimento de honra.

A evolução da posição da mulher na sociedade e o desmoronamento dos padrões patriarcais tiveram grande repercussão nas decisões judiciais mais recentes, sobretudo nos crimes passionais. A sociedade brasileira vem se dando conta de que mulheres não podem ser tratadas como cidadãs de segunda categoria, submetidas ao poder de homens que, com o subterfúgio da sua “paixão”, vinham assumindo o direito de vida e morte sobre elas.

(Adaptado de: ELUF, Luiza Nagib. **A paixão no banco dos réus.** São Paulo: Saraiva, 2002, XI-XIV, *passim*)

6. O leitor pode depreender, já pelo emprego da palavra *ditos* e pelo uso de aspas em “passionais”, no título do texto, que
- (A) a paixão de que se trata é aquele que de fato justifica e legitima certas transgressões da lei.
 (B) os casos de violência nas relações amorosas devem ser julgados em sua especial singularidade.
 (C) os crimes referidos costumam ser qualificados por muitos numa perspectiva viciosa e inaceitável.
 (D) a publicidade excessiva de violências sexuais acaba impossibilitando um julgamento mais ponderado.
 (E) os excessos da paixão podem funcionar como justas atenuantes na alegação de “forte emoção”.
-
7. A posição da autora do texto em face do argumento da “*legítima defesa da honra*”, invocado pela defesa do acusado em crimes passionais, manifesta-se na seguinte formulação:
- (A) *Não sabemos ainda se a emancipação feminina irá trazer também esse tipo de igualdade.* (1^o parágrafo)
 (B) *o homem é, em boa parte dos casos, o responsável maior pelo sustento da casa.* (1^o parágrafo)
 (C) *casos de crimes passionais cujos responsáveis acabaram sendo inocentados.* (3^o parágrafo)
 (D) *grande repercussão nas decisões judiciais mais recentes.* (4^o parágrafo)
 (E) *brutalidade que se tenta justificar como resultante da paixão.* (2^o parágrafo)

8. É inteiramente adequado o emprego do elemento sublinhado na frase:
- (A) O sentimento de posse é onde se valem os homens para justificarem seus crimes alegadamente passionais.
 (B) A autora do texto não sabe se da emancipação feminina decorrerá igualdade no caso desses julgamentos.
 (C) A reação da sociedade, diante dessas violências, é marcada pela complacência de que favorece os advogados.
 (D) São torpes os motivos em cujos se agarram os criminosos para tentar justificar sua ação assassina.
 (E) Os direitos das mulheres, nos quais tanta gente dá às costas, estão sendo progressivamente garantidos.



9. Considere as orações:

- I. Há crimes ditos passionais.
- II. Os agentes desses crimes são por vezes inocentados.
- III. Os inocentados alegam legítima defesa da honra.

Essas orações articulam-se de modo claro, correto e coerente neste período único:

- (A) São ditos passionais os crimes inocentados, por alegarem os criminosos, por vezes, legítima defesa da honra.
- (B) É a legítima defesa da honra a alegação de que os agentes de crimes ditos passionais usam ao serem inocentados.
- (C) Os inocentados agentes de crimes ditos passionais, alegam a razão da legítima defesa da honra.
- (D) Ao alegarem legítima defesa da honra, são por vezes inocentados os agentes dos crimes ditos passionais.
- (E) São por vezes inocentados, sendo alegado legítima defesa da honra, os agentes de crimes ditos passionais.

10. É inteiramente regular a pontuação do seguinte período:

- (A) A autora do texto reclama, com senso de justiça que não se considere passional um crime movido pelo rancor, e pelo ódio.
- (B) Como reage, a sociedade, quando se vê diante desses crimes em que, a paixão alegada, vale como uma atenuante.
- (C) Tratadas há muito, como cidadãs de segunda classe, as mulheres, aos poucos, têm garantido seus direitos fundamentais.
- (D) Não é a paixão, mas sim, os motivos mais torpes, que estão na raiz mesma, dos crimes hediondos apresentados como passionais.
- (E) Há advogados cuja retórica, encenada em tom emocional, acaba por convencer o júri, inocentando assim um frio criminoso.

Matemática e Raciocínio-Lógico

11. Hugo e Luís são gêmeos e foram passear com sua tia Elisa. Sabe-se que $\frac{3}{5}$ da soma das idades dos três é igual à idade de Elisa, que é 14 anos mais velha que os meninos. A idade de Elisa é

- (A) 28
- (B) 21
- (C) 18
- (D) 35
- (E) 25

12. Alberto, seu pai e seu avô têm hoje 21, 52 e 73 anos de vida, respectivamente. Podemos afirmar corretamente que a

- (A) média das idades hoje é igual à média das idades há dois anos.
- (B) mediana das idades hoje é a mesma mediana das idades de dois anos atrás.
- (C) variância das idades hoje é a mesma de dois anos atrás.
- (D) variância das idades era menor há dois anos do que a variância das idades hoje.
- (E) idade média hoje coincide com a idade do pai de Alberto.

13. Um dado com 6 faces numeradas de 1 a 6 foi lançado 4 vezes e o valor observado no segundo lançamento foi igual ao valor do primeiro lançamento. Sabendo-se que a soma dos valores desses 4 lançamentos foi 9 e que o valor do segundo lançamento menos o valor do terceiro lançamento foi igual ao valor do quarto lançamento, o primeiro lançamento foi

- (A) 3
- (B) 1
- (C) 4
- (D) 2
- (E) 6



14. Em um processo de partilha de herança entre Ana, Beatriz e Clara, ficou decidido que os valores recebidos serão diretamente proporcionais às suas respectivas idades. Sabe-se que Ana tem o triplo da idade de Clara que, por sua vez, tem a metade da idade de Beatriz. Clara receberá 100 mil reais. O valor total da herança é de:
- (A) R\$ 700.000,00
 - (B) R\$ 400.000,00
 - (C) R\$ 600.000,00
 - (D) R\$ 900.000,00
 - (E) R\$ 500.000,00

15. Uma escola de ensino médio possui 30 alunos e 5 professores. A idade média dos alunos é de 16 anos e a dos professores é de 34 anos. Um professor acaba de ser contratado e a idade média dessas 36 pessoas passou a ser de 19 anos. A idade do novo professor é:
- (A) 56 anos.
 - (B) 26 anos.
 - (C) 35 anos.
 - (D) 40 anos.
 - (E) 34 anos.

Legislação

16. A Lei nº 8.112/1990 dispõe que o aproveitamento é forma de
- (A) recondução em cargo público.
 - (B) readaptação em cargo público.
 - (C) reintegração em cargo público.
 - (D) provimento em cargo público.
 - (E) reversão em cargo público.
17. Em relação ao exercício de cargo público, a Lei nº 8.112/1990 dispõe que
- (A) o prazo concedido ao servidor que deva ter exercício em outro município em razão de ter sido removido é declinável.
 - (B) a promoção interrompe o tempo de exercício.
 - (C) é de quinze dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da nomeação.
 - (D) ao chefe imediato para onde for nomeado ou designado o servidor compete dar-lhe exercício.
 - (E) a entrada em exercício em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial.
18. Consoante a Lei nº 12.527/2011, dentre outras, uma das diretrizes que se destinam a assegurar o direito fundamental de acesso à informação é
- (A) a observância da publicidade e do sigilo como preceitos gerais.
 - (B) a observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção.
 - (C) a divulgação de informações de interesse público, desde que solicitadas.
 - (D) a divulgação de informações de interesse público e privadas, independentemente de solicitação.
 - (E) o desenvolvimento do controle político da Administração Pública.
19. Nos termos da Consolidação Normativa de Provimentos da Corregedoria Regional do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, é VEDADA a utilização de classes processuais não aprovadas previamente
- (A) pelo Conselho Nacional de Justiça.
 - (B) pela Justiça do Trabalho.
 - (C) pelo Presidente do Tribunal Regional do Trabalho.
 - (D) pelo Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho.
 - (E) pelo Ministério Público do Trabalho.
20. O Plano Estratégico Ciclo 2021-2026 do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região especifica que *realizar justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania* trata-se
- (A) de perfil institucional.
 - (B) de valor institucional.
 - (C) de visão.
 - (D) de missão.
 - (E) de comprometimento institucional.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Constitucional**

21. De acordo com a Constituição Federal de 1988, o servidor público titular de cargo efetivo que sofre limitação em sua capacidade física, enquanto permanecer nesta condição,
- (A) poderá ser readaptado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com essa condição, desde que possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino, sendo que a remuneração será a prevista para o novo cargo, podendo ou não coincidir com a do cargo de origem.
 - (B) poderá ser readaptado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com essa condição, desde que possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino, mantida a remuneração do cargo de origem.
 - (C) ficará afastado de suas funções até que sua capacidade integral seja recuperada, ainda que haja cargo vago compatível com sua condição, percebendo a remuneração do cargo de origem.
 - (D) ficará afastado de suas funções até que cesse a limitação sofrida, ainda que haja cargo vago compatível com sua condição, sem perceber qualquer tipo de remuneração.
 - (E) poderá ser readaptado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com essa condição, ainda que não possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino, pois se trata de caso atípico, mantida a remuneração do cargo de origem.
-
22. Tendo em vista que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da Administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder, considere:
- I. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade, dentre outras, de apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
 - II. Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade subsidiária.
 - III. Possuem legitimidade para denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União apenas os partidos políticos e as associações ou sindicatos.
 - IV. O Poder Judiciário manterá um sistema de controle interno e independente com a finalidade exclusiva de comprovar a legalidade, quanto à eficácia, da gestão patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal.
- De acordo com a Constituição Federal de 1988, quanto ao controle interno, está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II, III e IV.
 - (B) I e II.
 - (C) I, III e IV.
 - (D) II e III.
 - (E) I.
-
23. Supondo-se que o Presidente da República, cumpridos os requisitos legais, tenha sido submetido a julgamento em razão de ser acusado de praticar crime contra o livre exercício do Poder Judiciário e, por essa razão, ficou suspenso de suas funções após a instauração do processo. Embora tenha tudo ocorrido de acordo com a lei, passaram-se 161 dias dessa instauração e o julgamento ainda não foi concluído. Nesse caso, com base apenas nas informações fornecidas, é possível afirmar que, de acordo com a Constituição Federal de 1988, o julgamento ocorre perante o
- (A) Supremo Tribunal Federal, não podendo retornar, ainda, ao exercício de suas funções.
 - (B) Senado Federal, podendo retornar ao exercício de suas funções.
 - (C) Senado Federal, não podendo retornar, ainda, ao exercício de suas funções.
 - (D) Supremo Tribunal Federal, podendo retornar ao exercício de suas funções.
 - (E) Congresso Nacional, não podendo retornar, ainda, ao exercício de suas funções.
-
24. A competência para julgar o recurso interposto contra a decisão denegatória de um *habeas corpus*, cujo coator seja um membro de determinado Tribunal Regional do Trabalho, de acordo com a Constituição Federal de 1988, é do
- (A) Supremo Tribunal Federal, em recurso ordinário.
 - (B) Superior Tribunal de Justiça, em recurso ordinário.
 - (C) Tribunal Superior do Trabalho, em recurso ordinário.
 - (D) Supremo Tribunal Federal, em recurso extraordinário.
 - (E) Tribunal Regional do Trabalho, em recurso ordinário.



25. Gerson é integrante da carreira do Ministério Público Federal e Laerte é integrante da carreira do Ministério Público Estadual, sendo que ambos desejam se tornar chefe do Ministério Público da União. De acordo com a Constituição Federal de 1988, esse desejo poderá ser realizado
- (A) apenas por Gerson, se ele tiver mais de 30 anos e for nomeado Procurador-Geral da República pelo Presidente da República, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional.
 - (B) apenas por Laerte, se ele tiver mais de 35 anos e for nomeado Procurador-Geral da República pelo Presidente da República, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal.
 - (C) por Gerson ou Laerte, se eles tiverem mais de 30 anos e forem nomeados Procurador-Geral da República pelo Presidente da República, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal.
 - (D) apenas por Laerte, se constante seu nome em lista tríplice dentre integrantes da carreira e nomeado pelo Governador de seu Estado.
 - (E) apenas por Gerson, se ele tiver mais de 35 anos e for nomeado Procurador-Geral da República pelo Presidente da República, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal.
-
26. Supondo-se que, seguindo os trâmites legais, um projeto de lei complementar tenha sido enviado, pela Casa legislativa na qual foi concluída a votação, ao Presidente da República que vetou, dentro do prazo, integralmente o referido projeto, por considerá-lo contrário ao interesse público, comunicando, tempestivamente, ao Presidente do Senado, os motivos do veto. Nesse caso, de acordo com a Constituição Federal de 1988, o
- (A) projeto de lei deverá ser imediatamente arquivado pela Casa Legislativa na qual tiver sido iniciado, ou seja, o Senado Federal ou a Câmara dos Deputados, podendo ser reapresentado em 30 dias, se sanadas as irregularidades constantes nos motivos do veto do Presidente da República.
 - (B) projeto de lei deverá ser imediatamente arquivado pela Casa Legislativa na qual tiver sido iniciado, ou seja, o Senado Federal ou a Câmara dos Deputados, sendo vedada a sua reapresentação, em qualquer tempo, mesmo que sanadas as irregularidades constantes nos motivos do veto do Presidente da República.
 - (C) veto será apreciado em sessão conjunta, dentro de 30 dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores e, caso o veto não seja mantido, será o projeto enviado, para promulgação, ao Presidente da República.
 - (D) veto será apreciado em sessão conjunta, dentro de 30 dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores e, caso o veto não seja mantido, será o projeto com a justificativa enviado ao Presidente da República para que possa reconsiderar ou não o veto.
 - (E) veto será apreciado em sessão conjunta, dentro de 60 dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores e, caso o veto não seja mantido, será o projeto sancionado pelo Presidente do Senado Federal.
-
27. De acordo com a Constituição Federal de 1988, com relação aos direitos sociais, é PROIBIDO àquele que possui mais de 16 e menos de 18 anos, o trabalho
- (A) perigoso ou insalubre, apenas.
 - (B) de qualquer tipo, sem exceção.
 - (C) de qualquer tipo, salvo na condição de aprendiz.
 - (D) noturno, perigoso ou insalubre.
 - (E) noturno, apenas.
-
28. De acordo com a Constituição Federal de 1988, é de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dentre outros,
- (A) legislar sobre populações indígenas e sobre a proteção à infância e à juventude.
 - (B) preservar as florestas, a fauna e a flora e legislar sobre populações indígenas.
 - (C) proteger o meio ambiente e legislar sobre a proteção do patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.
 - (D) proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas, além de preservar as florestas, a fauna e a flora.
 - (E) legislar sobre o serviço postal e sobre o trânsito e transporte.

Noções de Direito Administrativo

29. Joaquim, policial civil, conduzia a viatura policial na via pública, em velocidade compatível com as regras de trânsito, ocasião em que se envolveu em um acidente de trânsito com o automóvel conduzido por Jeferson, particular, que ultrapassou, em alta velocidade, indevidamente o sinal semaforico que lhe era desfavorável e, em razão dessa sua conduta, causou o referido acidente. Do sinistro, Jeferson sofreu lesões graves, fraturando uma de suas pernas. Joaquim não sofreu qualquer lesão. Diante dessa situação hipotética,
- (A) o Estado poderá ser responsabilizado, contudo, de forma mitigada, em razão da culpa recíproca dos envolvidos.
 - (B) caracterizada a responsabilidade civil do Estado diante da teoria do risco integral ao qual se submete a Administração nos casos de sinistros envolvendo particulares.
 - (C) diante do nexos causal havido entre as lesões sofridas por Jeferson e o acidente em que se envolveu o agente estatal, a responsabilidade civil do Estado está plenamente caracterizada.
 - (D) não há qualquer responsabilidade do Estado, no caso em questão, pois o policial civil está amparado pelo princípio da supremacia do interesse público.
 - (E) não há, para o Estado, o dever de indenizar Jeferson, diante da culpa exclusiva da vítima, que ultrapassou indevidamente o sinal, excluindo-se, assim, a responsabilidade civil do Estado.



30. Considere as assertivas abaixo acerca da caducidade da concessão do serviço público:
- I. A concessionária descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à concessão.
 - II. A concessionária paralisar o serviço ou concorrer para tanto, mesmo quando decorrente das hipóteses de caso fortuito ou força maior.
 - III. A concessionária perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação do serviço concedido.
- A caducidade poderá ser declarada pelo poder concedente nas hipóteses previstas APENAS em
- (A) II e III.
 - (B) I e III.
 - (C) I.
 - (D) I e II.
 - (E) III.
-
31. Acerca da competência no processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal (Lei nº 9.784/1999), a lei estabelece que
- (A) será permitida, em caráter ordinário e por motivos relevantes devidamente justificados, a avocação definitiva de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.
 - (B) o ato de delegação é irrevogável pela autoridade delegante, por razões de segurança jurídica.
 - (C) as decisões adotadas por delegação devem mencionar explicitamente esta qualidade e considerar-se-ão editadas pela autoridade delegante.
 - (D) a competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos.
 - (E) inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado perante a autoridade de maior grau hierárquico para decidir.
-
32. Acerca do contrato de concessão de serviço público, estabelecido pela Lei nº 8.987/1995, o diploma legal estabelece que:
- (A) Incumbe à concessionária a execução do serviço concedido, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenua essa responsabilidade.
 - (B) Os contratos celebrados entre a concessionária e terceiros, para fins de desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, reger-se-ão pelo direito público, estabelecendo-se nova relação jurídica entre os terceiros e o poder concedente.
 - (C) É vedada pelo ordenamento jurídico a subconcessão, nos contratos de concessão de serviço público, ainda que expressamente autorizada pelo poder concedente.
 - (D) A transferência de concessão ou do controle societário da concessionária, ainda que com a prévia anuência do poder concedente, implicará a caducidade da concessão.
 - (E) Nos contratos de concessão, não será permitido o emprego de mecanismos privados para resolução de disputas decorrentes ou relacionadas ao contrato, sobretudo a arbitragem.
-
33. De acordo com o que estabelece a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018) acerca da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD),
- (A) os membros do Conselho Diretor da ANPD serão escolhidos dentre brasileiros que tenham reputação ilibada, nível superior de educação e elevado conceito no campo de especialidade dos cargos para os quais serão nomeados, com mandato de um ano, permitida uma recondução.
 - (B) sua natureza é de secretaria especial, vinculada ao Ministério da Justiça, dotada de autonomia técnica e decisória, com patrimônio próprio e com sede e foro no Distrito Federal.
 - (C) os membros do Conselho Diretor da ANPD somente perderão seus cargos em virtude de renúncia, condenação judicial transitada em julgado ou pena de demissão decorrente de processo administrativo disciplinar.
 - (D) os membros do Conselho Diretor da ANPD serão escolhidos pelo Presidente da República e por ele nomeados, após aprovação pelo Congresso Nacional.
 - (E) os ocupantes dos cargos em comissão e das funções de confiança da ANPD serão indicados pelo Presidente da República, após aprovação do Senado Federal.
-
34. Acerca do que estabelece a legislação sobre Parceria Público-Privada (Lei nº 11.079/2004):
- (A) As cláusulas dos contratos de parceria público-privada devem, entre outros pontos, prever a repartição de riscos entre as partes, inclusive os referentes a caso fortuito, força maior, fato do príncipe e álea econômica extraordinária.
 - (B) A concessão patrocinada é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.
 - (C) É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada cujo valor do contrato seja inferior a R\$ 50.000.000,00.
 - (D) É permitida a celebração de contrato de parceria público-privada que tenha como objeto único o fornecimento de mão de obra, o fornecimento e a instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.
 - (E) Atendendo-se ao princípio da eficiência, é permitida a celebração de contrato de parceria público-privada, ainda que o período de prestação do serviço seja inferior a 5 anos.



35. De acordo com o que dispõe a Lei nº 8.112/1990 acerca das licenças,
- (A) poderá ser concedida licença, com remuneração, ao servidor para acompanhar filho ou enteado que foi deslocado para outro ponto do território nacional, para o exterior ou para o exercício de mandato eletivo dos Poderes Executivo e Legislativo.
 - (B) ao servidor convocado para o serviço militar será concedida licença. Concluído o serviço militar, o servidor terá até 60 dias remunerados para reassumir o exercício do cargo.
 - (C) a critério do servidor, e desde que ocupante de cargo efetivo, poderão ser concedidas licenças para o trato de assuntos particulares pelo prazo de até quatro anos consecutivos, sem remuneração.
 - (D) a licença concedida dentro de 180 dias do término de outra da mesma espécie será considerada como prorrogação.
 - (E) é vedado o exercício de atividade remunerada durante o período da licença por motivo de doença em pessoa da família.
-
36. Lourenço, servidor público, foi acusado pela prática dos crimes de prevaricação e de concussão. Após responder ao processo criminal, acabou por ser absolvido por falta de provas. Diante dessa situação hipotética, em conformidade com a Lei nº 8.112/1990,
- (A) tendo em vista o fato de que o servidor já foi processado e absolvido na esfera criminal, a Administração Pública não mais poderá processá-lo e puni-lo pelos mesmos fatos.
 - (B) ainda que tenha sido absolvido na esfera criminal por falta de provas, a Administração Pública poderá vir a punir o servidor.
 - (C) diante do princípio da supremacia do interesse público, a Administração Pública deverá sempre desconsiderar as decisões judiciais, sejam elas condenatórias ou absolutórias, nos casos de apuração de crime por parte de servidores públicos, e aplicar a decisão que melhor lhe convier no âmbito da Administração.
 - (D) as decisões da justiça, que punam ou absolvam o servidor pela prática de qualquer crime, sempre vinculam o Poder Público.
 - (E) por se tratar de crimes funcionais, atendendo-se ao princípio da separação de poderes, Lourenço jamais poderia ter sido processado judicialmente, cabendo apenas à Administração Pública a apuração dos fatos imputados ao servidor.

Noções de Administração Pública

37. Uma organização que gerencie seus projetos com base na metodologia *Critical Path Method* (CPM), ao delimitar o denominado "caminho crítico" de um projeto, estará identificando
- (A) o conjunto de atividades que não podem sofrer atrasos, sob pena de comprometer o prazo estimado para a execução do projeto.
 - (B) os riscos envolvidos na execução do projeto, com o correspondente grau de probabilidade e criticidade.
 - (C) o tempo médio para a conclusão do projeto, baseado na média ponderada dos cenários mais prováveis.
 - (D) os "gargalos" existentes em cada etapa de execução do projeto e as medidas necessárias para evitar desvios de rota.
 - (E) as diferentes formas de execução de um projeto, ponderando tempo, qualidade e custo, de forma a propiciar a escolha mais eficiente.
-
38. Em uma entidade que tenha estrutura organizacional do tipo matricial, os denominados centros de resultado correspondem
- (A) aos setores onde são formulados os objetivos estratégicos da entidade e onde é realizada a mensuração dos indicadores de desempenho e metas fixadas.
 - (B) às áreas gerenciais da entidade, com funções financeira e administrativa segregadas das áreas de produção.
 - (C) a órgãos vinculados a projetos, de natureza temporária e condicionada à duração do projeto correspondente.
 - (D) ao conjunto de atividades relevantes de cada departamento, agrupadas por escopo e submetidas ao gerenciamento direto da alta direção da entidade.
 - (E) a estruturas centrais da entidade, de natureza permanente, responsáveis pela gestão de projetos prioritários.
-
39. O conceito de ajuste espontâneo está relacionado a uma das facetas da atuação administrativa no âmbito do processo organizacional, mais precisamente no que concerne à função de
- (A) direção, representado pela linha direta entre gestores e subordinados para adequação do processo de comunicação.
 - (B) coordenação, consistindo na comunicação voluntária entre os responsáveis pelas atividades sem relação de subordinação.
 - (C) controle, empreendido a partir do *feedback* obtido dos responsáveis diretos pela execução das tarefas.
 - (D) planejamento, consistente no alinhamento de incentivos para consecução de objetivos individuais e coletivos no âmbito da organização.
 - (E) avaliação, sendo uma medida de equalização dos resultados corporativos a partir da contribuição individual de cada colaborador.
-
40. O conceito de liderança situacional predica que o comportamento do líder deve ser modulado de acordo com
- (A) o grau de aceitação pelos liderados.
 - (B) as variáveis exógenas à organização.
 - (C) o clima organizacional.
 - (D) o grau de maturidade dos liderados.
 - (E) as características pessoais de cada líder.



41. Os estudos sobre motivação no ambiente corporativo apresentam diferentes abordagens, ora focadas em aspectos de conteúdo, ora focadas no processo de indução da motivação. Nesse contexto, constitui exemplo dessa segunda abordagem a Teoria
- (A) Y, de MacGregor, que sustenta a ausência de motivação inata do ser humano para o trabalho.
 - (B) das Necessidades Humanas, de Maslow, que aponta os fatores de subsistência como os únicos capazes de gerar motivação.
 - (C) da Expectativa, de Victor Vroom, que predica que o comportamento humano é orientado para resultados, sendo a valência a atração exercida por uma recompensa.
 - (D) das Necessidades Adquiridas, de David McClelland, que indica como único fator motivacional verdadeiro o desejo de êxito pessoal.
 - (E) ERC, de Cleyton Alderfer, que aponta uma sequência de ações capazes de produzir motivação coletiva se seguida ordem hierárquica predeterminada.
-
42. Considere que determinada organização esteja implementando avaliação de desempenho e pretenda adotar a metodologia dos Incidentes Críticos. Referida escolha significa que o resultado das avaliações
- (A) levará em conta aspectos do avaliado considerados extremamente positivos, bem como os extremamente negativos.
 - (B) será pautado pelos eventuais erros cometidos pelo avaliado em sua trajetória, deixando de considerar seus potenciais acertos.
 - (C) tomará por base apenas aspectos comportamentais do avaliado, buscando corrigir aqueles que sejam indicativos de possíveis falhas.
 - (D) será útil para fins de desligamento de colaboradores que não se mostrarem comprometidos, pois mede o grau de adesão às metas da organização.
 - (E) deverá ser utilizado para selecionar os mais aptos a ocupar posições de liderança, já que aponta o grau de resiliência do avaliado.
-
43. Os estudos sobre o processo de comunicação nas interações sociais propõem diferentes modelos, sendo um deles a comunicação linear, em que
- (A) a mensagem é decodificada anteriormente à etapa de transmissão, o que evita equívocos de interpretação por parte do receptor.
 - (B) os ruídos de comunicação tendem a ser anulados, por ser priorizada a interação entre transmissor e receptor.
 - (C) os aspectos do ambiente são determinantes no processo de comunicação, eis que influenciam no *feedback* recíproco próprio desse modelo.
 - (D) se segrega a etapa de transmissão e recepção, de forma que o processo de decodificação da mensagem ocorra de forma bidirecional.
 - (E) se descreve a comunicação como um processo unidirecional, dissociando o emissor do receptor.
-
44. O modelo de excelência em gestão predicado pela Fundação Nacional de Qualidade (FNQ) consiste em um sistema baseado em diversos fundamentos e critérios,
- (A) sendo os critérios divididos em subitens que compõem um sistema de questões que permite a autoavaliação da organização.
 - (B) sendo os fundamentos os valores que cada organização elege como os mais relevantes para sua visão de futuro.
 - (C) podendo os critérios variar de acordo com o grau de maturidade de cada organização, apurado de acordo com fundamentos fixados pela FNQ.
 - (D) cabendo a cada organização apresentar o conjunto de critérios e fundamentos para avaliações individualizadas realizadas pela FNQ.
 - (E) que são a base para a certificação de excelência da organização, de acordo com o grau de aderência aos fundamentos e critérios estabelecidos em cada ciclo avaliatório.

Noções de Orçamento Público

45. O Projeto de Lei Orçamentária Anual referente ao ano de 2023 de um ente público estará em consonância com a Lei Complementar nº 101/2000 se contiver, em anexo, demonstrativo
- (A) do montante da receita total prevista com operações de crédito por antecipação de receita orçamentária para o ano de 2023.
 - (B) da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes no Anexo de Metas Fiscais referente ao ano de 2023 do referido ente.
 - (C) dos passivos contingentes decorrentes de demandas judiciais contra o referido ente, bem como as providências que devem ser tomadas caso esses passivos se concretizem.
 - (D) das proposições de alterações na legislação tributária do referido ente, bem como demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita.
 - (E) do resultado patrimonial previsto para os anos de 2023 e 2024 de uma fundação instituída e mantida pelo referido ente.



46. As seguintes informações sobre despesas de um ente público, referentes ao exercício financeiro de 2021, foram extraídas do seu sistema de contabilidade:
- Empenho de despesa no valor de R\$ 760.000,00 referente à aquisição de um bem imóvel já em utilização por terceiros para pronta utilização pelo referido ente.
 - Empenho de despesa no valor de R\$ 90.000,00 referente à aquisição de um veículo novo.
 - Empenho de despesa no valor de R\$ 12.000,00 referente a juros de operações de crédito.
 - Pagamento do principal de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária no valor de R\$ 58.500,00.

Com base nessas informações tomadas em conjunto e de acordo com a Lei nº 4.320/1964, o valor da Despesa de Capital empenhada no exercício financeiro de 2021 pelo referido ente público foi, em reais,

- (A) 160.500,00
- (B) 850.000,00
- (C) 920.500,00
- (D) 862.000,00
- (E) 908.500,00

47. De acordo com a Lei nº 4.320/1964, a receita orçamentária arrecadada por um ente público com

- (A) alienação de um veículo deve ser classificada, quanto à categoria econômica, em Receita Patrimonial.
- (B) amortização de empréstimos concedidos deve ser classificada, quanto à categoria econômica, em Transferências de Capital.
- (C) depósito em caução recebido deve ser classificada, quanto à origem, em Transferências de Capital.
- (D) operação de crédito deve ser classificada, quanto à origem, em Receitas Correntes.
- (E) dividendos deve ser classificada, quanto à categoria econômica, em Receitas Correntes.

48. Na execução orçamentária de 2022 de uma entidade pública, de acordo com a Lei nº 4.320/1964,

- (A) o empenho de despesa pode utilizar créditos orçamentários iniciais concedidos em Leis de Diretrizes Orçamentárias de 2022 e de exercícios anteriores.
- (B) a dotação do crédito concedido na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2022 indica o montante mínimo que deve ser empenhado no ano do referido instrumento de planejamento.
- (C) o empenho de despesa é dispensado para a aquisição de material de consumo cujo montante não se possa determinar.
- (D) o empenho global pode ser utilizado para despesas contratuais sujeitas a parcelamento.
- (E) a liquidação de despesa consiste na dedução da importância da despesa do saldo da dotação própria do crédito concedido na Lei Orçamentária Anual de 2022.

49. O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2023 de um ente público, de acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, deve

- (A) estar compreendido pelo Orçamento de Investimento de 2023, em que serão discriminados os créditos destinados às fundações instituídas e mantidas pelo referido ente.
- (B) conter autorização ao Poder Legislativo do referido ente para realizar operações de crédito por antecipação de receita.
- (C) estar compreendido por todas as receitas orçamentárias e extraorçamentárias previstas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei.
- (D) estar integrado pelo Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas aos resultados nominal e primário referentes aos anos de 2023, 2024 e 2025.
- (E) estar integrado pelo Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidos as diretrizes, os objetivos, as metas e as prioridades do referido ente para o período de 2023 a 2026.

50. De acordo com a Lei nº 4.320/1964, o crédito adicional do tipo

- (A) suplementar, aberto em fevereiro de 2018, teve a sua vigência encerrada em fevereiro de 2020.
- (B) especial é destinado a despesas cuja dotação resultou insuficiente durante a execução orçamentária.
- (C) especial é autorizado por lei e aberto por decreto executivo, sendo que a sua abertura depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa.
- (D) extraordinário depende da existência de recursos disponíveis para a sua abertura, que deve ser precedida de exposição justificativa.
- (E) extraordinário depende da existência de resultado patrimonial positivo para a sua abertura e deve ser aberto por lei editada pelo legislativo.



51. Para a apuração da Receita Corrente Líquida de um ente público, de acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, considera-se o somatório das receitas
- (A) previstas com Aluguéis, Alienação de Bens Móveis e Transferências Correntes.
 - (B) arrecadadas com Aluguéis, Alienação de Bens Móveis e Transferências Correntes.
 - (C) arrecadadas com Aluguéis, Valores Mobiliários e Operações de Crédito.
 - (D) previstas com Impostos, Contribuições de Melhoria e Valores Mobiliários.
 - (E) arrecadadas com Impostos, Contribuições de Melhoria e Receitas Industriais.

52. O instrumento de planejamento de um ente público indica que, no período de 2022 a 2025, serão implementados 21 quilômetros de novos corredores de ônibus, sendo que 11 quilômetros serão implementados na região norte e o restante será implementado na região sul do referido ente. De acordo com a Constituição Federal de 1988, essa informação deve ter sido estabelecida na lei que institui o
- (A) Orçamento de Investimento que integra a Lei Orçamentária Anual.
 - (B) Orçamento Fiscal que integra a Lei Orçamentária Anual.
 - (C) Plano Plurianual.
 - (D) Orçamento de Investimento que integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - (E) Anexo de Metas Fiscais que integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Noções de Gestão de Pessoas

53. Entre os indicadores de desempenho organizacional o denominado *turnover* é especialmente útil para identificar
- (A) possíveis fragilidades na gestão de recursos humanos, já que mensura a relação entre o número de admissões e demissões em determinado período, correspondente à rotatividade de pessoal.
 - (B) a eficiência das áreas operacionais da organização, já que identifica o giro de estoques e o tempo de reposição de itens relevantes de acordo com a demanda média de determinado período.
 - (C) a eficiência da gestão da área financeira da organização, por se tratar de um indicador voltado ao dimensionamento dos investimentos de capital necessários no curto e médio prazo.
 - (D) a adequação do plano de cargos e salários da organização, eis que mensura o tempo médio que o empregado leva para atingir o topo da carreira desde sua admissão.
 - (E) o prazo necessário para retorno do capital aportado na organização, especialmente em termos de investimentos em recursos humanos, podendo ser aplicado a organizações públicas com as devidas adaptações.
54. Considere que determinada entidade pública pretenda realizar planejamento estratégico, iniciando diagnóstico institucional a partir da utilização de uma Matriz Swot. De acordo com tal abordagem, a avaliação do ambiente externo
- (A) constitui dimensão não considerada na Matriz, porém relevante para sua aplicação na etapa de avaliação de resultados, quando deverá ser identificado o *benchmarking* da organização.
 - (B) afigura-se impertinente, na medida em que tal ferramenta se presta apenas a avaliar aspectos internos da organização, identificando seus pontos fortes e suas fraquezas.
 - (C) é facultativa, por se tratar de Matriz realizada na fase de diagnóstico institucional, sendo determinante quando realizada na fase de fixação de metas, para fins de modulação de acordo com o cenário vigente.
 - (D) é relevante apenas para a definição da missão da organização, que corresponde aos ideais que a mesma deseja alcançar e como pretende ser reconhecida no ambiente em que atua.
 - (E) constitui uma das dimensões consideradas para elaboração da Matriz, que deve contemplar, além das forças e fraquezas da organização, também as oportunidades e ameaças apresentadas pelo ambiente em que se insere.

55. Sobre os aspectos relativos à gestão da cultura organizacional, é correto afirmar:
- (A) São bastante mutáveis a partir da influência do ambiente, o que demanda aferição periódica para verificar a aderência aos valores predicados pela organização.
 - (B) São determinados pelo clima organizacional, constituindo resultante do comportamento dos colaboradores e da forma como enxergam a organização.
 - (C) Por estarem ligados aos valores, crenças e propósitos da organização, são menos sujeitos a modificações em comparação ao clima organizacional.
 - (D) Contemplam camadas profundas e arraigadas, mas também aspectos mais visíveis, sendo apenas os primeiros formadores do clima organizacional.
 - (E) Não são passíveis de observação específica, mas apenas de aferição indireta a partir de pesquisas da qualidade do clima organizacional.



56. Considere que uma consultoria de gestão de pessoas esteja avaliando a motivação no ambiente de trabalho de determinada organização pública, tomando por base a Teoria dos Dois Fatores (Bifatorial) de Herzberg. Nesse contexto, os denominados fatores higiênicos
- (A) são os principais vetores da motivação, pois estão relacionados com o bem-estar dos colaboradores.
 - (B) constituem circunstâncias externas ao colaborador, que não induzem motivação, estando ligados à prevenção da insatisfação.
 - (C) não serão considerados nessa abordagem, pois seriam relevantes apenas caso a opção adotada fosse a Teoria da Hierarquia das Necessidades, de Maslow.
 - (D) são relevantes como fatores motivacionais apenas para os ocupantes da base da pirâmide organizacional.
 - (E) compõem, juntamente com os fatores corporativos, o binômio necessário para assegurar a motivação dos colaboradores, devendo ser aferidos conjuntamente.
-
57. Um gestor que atue baseado no conceito e nas premissas de uma liderança transacional prioriza o
- (A) processo criativo, com a utilização de metodologias de *design thinking*, e menor preocupação com metas e objetivos.
 - (B) aprimoramento de sua própria performance, pois o cerne dessa abordagem é o espelhamento do comportamento do líder pelos liderados.
 - (C) *feedback* recebido dos liderados, haja vista que tal abordagem visa o engajamento e não a obtenção de resultados.
 - (D) cumprimento de metas e objetivos, cujo atingimento ensejará recompensas aos liderados, estabelecendo uma relação baseada na troca.
 - (E) aprimoramento das capacidades individuais, pois se trata de uma abordagem voltada precipuamente à formação de novas lideranças.
-
58. Determinada organização que pretenda implementar avaliação de desempenho de seus colaboradores obtendo uma visão de diferentes ângulos das performances individuais e que opte pela metodologia de avaliação 360º
- (A) poderá atingir o objetivo pretendido, eis que tal metodologia inclui a autoavaliação e também a avaliação por outras pessoas que se relacionam com o avaliado, e não apenas por seus superiores.
 - (B) dificilmente atingirá tal finalidade, pois tal metodologia, também denominada circular, é realizada apenas com aqueles que integram o centro de resultados onde atua o avaliado.
 - (C) necessitará da contratação de um mediador, pois tal metodologia costuma apresentar como efeito indesejado o denominado viés de confirmação, dado o círculo restrito em que se opera.
 - (D) poderá atingir o objetivo almejado, devendo, contudo, aplicar medidas para evitar o denominado Efeito Horn, que consiste na replicação da avaliação do topo para a base e que contamina o resultado obtido.
 - (E) certamente não atingirá o objetivo almejado, pois esse tipo de avaliação presta-se apenas à aferição da qualidade das relações no ambiente de trabalho e não da performance dos colaboradores.
-
59. Entre as classificações apresentadas pela literatura acerca dos tipos e modelos de decisões no ambiente corporativo, tem-se que as decisões denominadas “não programadas”
- (A) resultam sempre de processos de tomada de decisão consultiva, em procedimento conhecido como *brainstorm*, no qual se priorizam soluções inovadoras.
 - (B) dizem respeito a situações nas quais não é possível valer-se de soluções padronizadas existentes no acervo disponível na organização.
 - (C) são as mais democráticas, por resultarem de um processo de tomada de decisão consensual, que busca o ponto médio das propostas apresentadas.
 - (D) possuem baixa qualidade técnica e, embora resultem de um processo decisório democrático, não apresentam uma boa relação custo-benefício.
 - (E) não resultam de um processo decisório estruturado, constituindo soluções de curto prazo que devem ser sucedidas por decisões programadas.
-
60. No curso da evolução dos modelos de gestão de pessoas, a separação entre autoridade de linha e função de *staff*
- (A) deixou de existir, em razão de um movimento de concentração das atividades de administração de recursos humanos em área especializada das organizações, mantendo-se com os chefes imediatos apenas as ações de coordenação do trabalho.
 - (B) foi tornando-se cada vez mais sutil, como decorrência do modelo de gestão por competências, em que ambos os aspectos devem ser manejados por todas as áreas da organização.
 - (C) foi superada em função da adoção de modelos de gestão por resultados, baseados na conjugação de indicadores e metas cujo atingimento depende de todas as áreas da organização.
 - (D) está presente em face de um processo de descentralização em que cada gestor é responsável pelos recursos humanos alocados em seu departamento, podendo contar com o apoio estratégico da área de gestão de recursos humanos.
 - (E) ficou restrita a organizações que adotam o modelo mecanicista, com separação clara entre atividades operacionais (ditas “de linha”) e de gestão financeira e administrativa (consideradas funções de *staff*).